

EDUCAÇÃO PÚBLICA: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE MANHUAÇU/MG**Lidiane Espindula¹, Aline Machado Barbosa Franklin²**

¹ Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo,
espindulaprojetos@gmail.com

² Bacharel em Administração, Universidade Norte do Paraná, alinemachadobarbo@hotmail.com

Resumo- Esta pesquisa apresenta parte de um estudo acerca da educação pública do Município de Manhuaçu-MG, um dos elementos que compõem a avaliação base para a revisão do Plano Diretor do município (em andamento). Tendo em vista o crescimento acelerado do processo de urbanização das cidades brasileiras, principalmente a partir da segunda metade do Séc. XX, diversos polos se formaram, entre eles em Manhuaçu, situado na Zona da Mata Mineira, que atende cerca de trinta municípios da região. A partir de pesquisas na Secretaria de Educação do município, visitas *in loco* nas unidades de ensino e consulta de dados estatísticos, o presente estudo avalia os dados atuais referentes à situação da educação pública no município, que apresenta situação aceitável no atendimento dado a tal infraestrutura urbana.

Palavras-chave: Plano Diretor; Ensino Público; Qualidade de Vida.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira passou por um rápido processo de urbanização, principalmente a partir da segunda metade do Séc. XX. Novas cidades surgiram, as existentes passaram por um processo de crescimento vertiginoso e grandes polos metropolitanos se formaram. No município de Manhuaçu, situado na Zona da Mata Mineira, não foi diferente. Fundado em cinco de novembro de 1877, abriga atualmente uma população estimada em 84.934 habitantes. Com área de 627,281km² é a maior cidade de sua microrregião e sua localização, junto à Rodovia BR 262, permitiu sua expansão tornando-o polo econômico e de prestação de serviços da região Vertente do Caparaó (IBGE, 2014).

O Plano Diretor Municipal está em processo de revisão e passa a ser parte integrante do processo de planejamento frente ao crescimento urbano. Alguns objetivos do Plano estão relacionados ao atendimento às necessidades da população quanto à habitação, ao trabalho, ao lazer, à cultura, ao transporte, ao saneamento básico, à educação e à saúde.

O presente artigo apresenta parte de um estudo acerca desses elementos básicos que compõem a avaliação para a revisão do Plano Diretor e objetiva avaliar os dados atuais referentes à situação da educação pública do município e compreender se os mesmos são satisfatórios ao atendimento da população que, segundo a Constituição Federal de 1988, é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação tem sido responsável por grandes avanços na vida dos seres humanos, cientificamente e culturalmente. Ela tem sido como mola propulsora para o progresso e para o desenvolvimento do mundo, tendo um papel decisivo na formação da cidadania e edificando as bases para uma sociedade democrática e igualitária.

Em países republicanos como o Brasil, comumente existem leis que estabelecem direitos e garantias fundamentais aos cidadãos, dentre os quais, o acesso à educação. Observando essa regra, que é um dos pilares de um sistema de governo democrático, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, define que: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição “. E, ainda, no art. 205 afirma que: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com

a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Apesar de tal garantia ser prevista na Carta Magna, não há reflexo direto na vida do cidadão, permitindo que este alcance melhor qualidade de vida, porém, é fundamental para que exerça sua cidadania e viva melhor. Embora o Estado, em forma de município, seja um dos agentes responsáveis a promover o acesso a esse direito, também é papel da sociedade encontrar meios hábeis para dar a sua contrapartida.

Cabe aos municípios, segundo as normas internacionais, promover a disponibilidade, a acessibilidade, aceitação e adaptabilidade a todas as pessoas, a fim de que o acesso à educação seja alcançado e que o mesmo tenha qualidade.

Qualifica-se em educação básica obrigatória, àquela que atende entre crianças e adolescentes dos quatro aos dezessete anos, subdividida em pré-escola; ensino fundamental; ensino médio. A LDB (Lei de Diretrizes Base da Educação, 1996) no capítulo II, especifica, ainda, que a educação infantil deverá ser oferecida em creches, ou entidades equivalentes, às crianças de até três anos, a pré-escola para as idades de três a cinco anos, o ensino fundamental a partir dos seis anos de idade tendo duração de nove anos e o ensino médio com duração de três anos, com continuação ao ingresso aos cursos superiores. Cabendo aos municípios “o investimento prioritário na educação infantil e no ensino fundamental. Para poderem atuar em outros níveis de ensino (como o ensino médio ou a educação superior), não podendo existir nenhuma criança fora da creche ou da pré-escola na cidade, por exemplo” (BRASIL, LDB, art. 11, inciso V).

A insegurança econômica vivida no Brasil nos últimos anos e o crescente índice de natalidade, levam a procura pelas pré-escolas e a volta aos estudos por jovens e adultos que passaram longos tempos fora da escola, a retornarem e se qualificarem para o mercado de trabalho. Assim os municípios brasileiros baseado no direito à educação de qualidade, devem contemplar diferentes formas de oferta à adaptabilidade do cidadão, que podem estar relacionadas a educação especial inclusiva a portadores de necessidades especiais; ao EJA – Educação para Jovens e Adulto –, que a partir dos quinze anos de idade tem o direito de cursar e concluir os ensinos fundamentais e médio (BRASIL, LDB, art. 37); além da educação profissional e tecnológica. Dessa forma, deve-se proporcionar um ambiente que vá além da tipologia escolar, com atividades que variam entre rodas de conversa e presença de brinquedos, música, entre outros e, principalmente, um ambiente de socialização, onde a criança tenha contato com outras crianças e aprenda a lidar com as diferenças.

A qualidade na educação está diretamente ligada aos índices que variam ano após ano, demonstrando assim o desenvolvimento quanto aos acessos a educação, ao analfabetismo, ao número de pessoas fora da escola, etc. “[...] É fundamental, portanto, não perder de vista que qualidade é um conceito histórico, que se altera no tempo e no espaço, vinculando-se às demandas e exigências sociais de um dado processo” (BRASIL, 1998).

Os municípios brasileiros têm enfrentado grandes desafios quanto aos serviços de educação, para que os mesmos sejam capazes de promover avanços nos aspectos qualitativos e quantitativos, melhorando seus índices para garantir escola para todos, a partir da criação de novas escolas, qualificação dos profissionais das diversas áreas, adequação as tecnologias de informação, entre outras.

3 METODOLOGIA

A metodologia aplicada neste trabalho divide-se em duas etapas. A primeira abrange o levantamento de informações sobre o tema em questão a partir de pesquisas bibliográficas para obter uma perspectiva mais abrangente sobre a situação da educação pública no Brasil.

A segunda etapa desenvolve-se a partir do levantamento de informações a partir de exames documentais da Secretaria de Educação do Município de Manhuaçu, visitas *in loco* nas unidades públicas de educação para levantamento de informações, registros em mapa, consultas de dados estatísticos acerca da situação da educação do município, além de consulta de pesquisas já realizadas na região.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A respeito do componente do IDH Educação, Manhuaçu se mostra com índices superiores à média dos municípios pertencentes à microrregião, entretanto seus índices não são os maiores para o período analisado (Tabela 1). O município de Manhumirim, em 1991 e município de Chalé, em 2000 obtiveram valores acima de Manhuaçu, demonstrando maior acesso ao conhecimento (ATLAS, 2013).

Tabela 1 – IDH-Educação dos municípios da microrregião de Manhuaçu

Município	Educação, 1991	Educação, 2000	Educação, 2010
Abre Campo	0,168	0,360	0,525
Alto Caparó	0,162	0,343	0,514
Alto Jequitibá	0,187	0,399	0,544
Caparaó	0,131	0,288	0,473
Caputira	0,100	0,345	0,471
Chalé	0,169	0,449	0,561
Durandé	0,114	0,285	0,508
Lajinha	0,155	0,336	0,541
Luisburgo	0,071	0,183	0,455
Manhuaçu	0,215	0,416	0,563
Manhumirim	0,263	0,396	0,589
Martins Soares	0,142	0,347	0,512
Matipó	0,144	0,298	0,511
Pedra Bonita	0,071	0,207	0,457
Reduto	0,071	0,249	0,480
Santa Margarida	0,108	0,263	0,455
Santana do Manhuaçu	0,125	0,322	0,475
São João do Manhuaçu	0,072	0,274	0,498
São José do Mantimento	0,160	0,379	0,562
Simonésia	0,137	0,312	0,493
Média da Microrregião	0,138	0,338	0,509

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Segundo as Figuras 1 e 2, a situação da educação entre a população em idade escolar é verificada pelas proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos e influenciam na composição IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 92,88%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 85,76%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 50,22%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 30,18%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 65,32 pontos percentuais, 51,66 pontos percentuais, 34,67 pontos percentuais e 21,23 pontos percentuais (ATLAS, 2013).

Em 2010, 83,81% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 83,46% e, em 1991, 78,57%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 8,65% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 3,54% e, em 1991, 1,89% (ATLAS, 2013).

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 8,41 anos para 9,13 anos, no município, enquanto na UF passou de 9,16 anos para 9,38 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 8,49 anos, no município, e de 8,36 anos, na UF.

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador (Figura 3) apresenta uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 29,93% para 42,62%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 21,54% ,no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 10,82% eram analfabetos, 38,20% tinham o ensino fundamental completo, 25,15% possuíam o ensino médio completo e 7,01%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Figura 1 - Comparativo do Nível Educacional da População Jovem de Manhuaçu, 1991, 2000 e 2010.

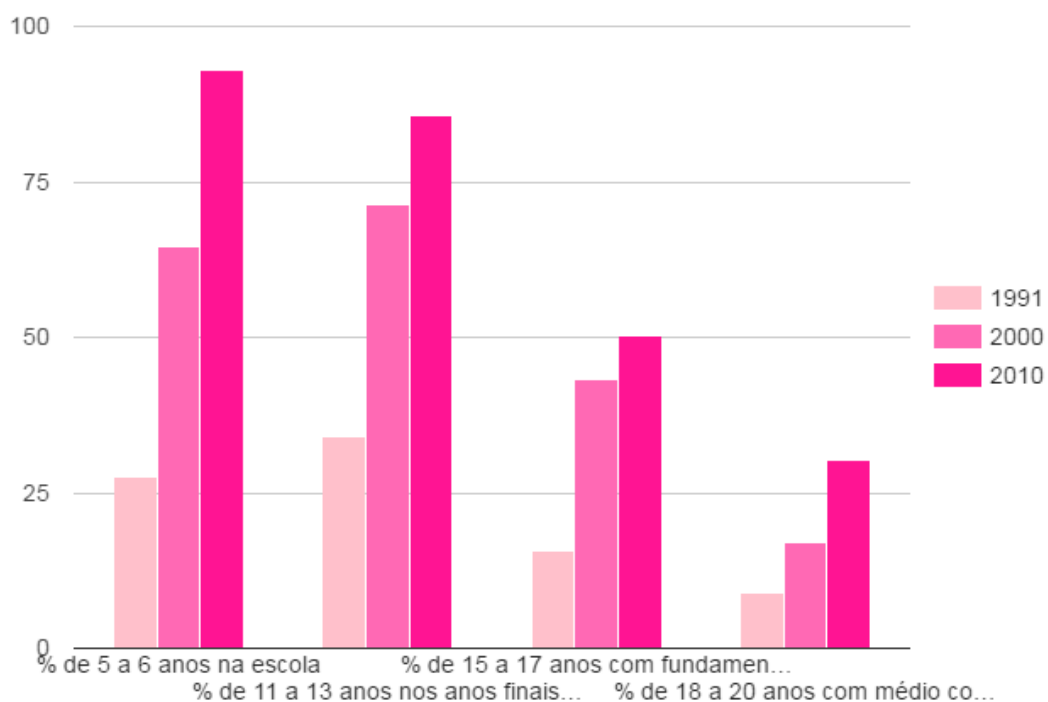


Figura 2 - Comparativo do Nível Educacional por faixa etária em Manhuaçu, em Minas Gerais e no Brasil.

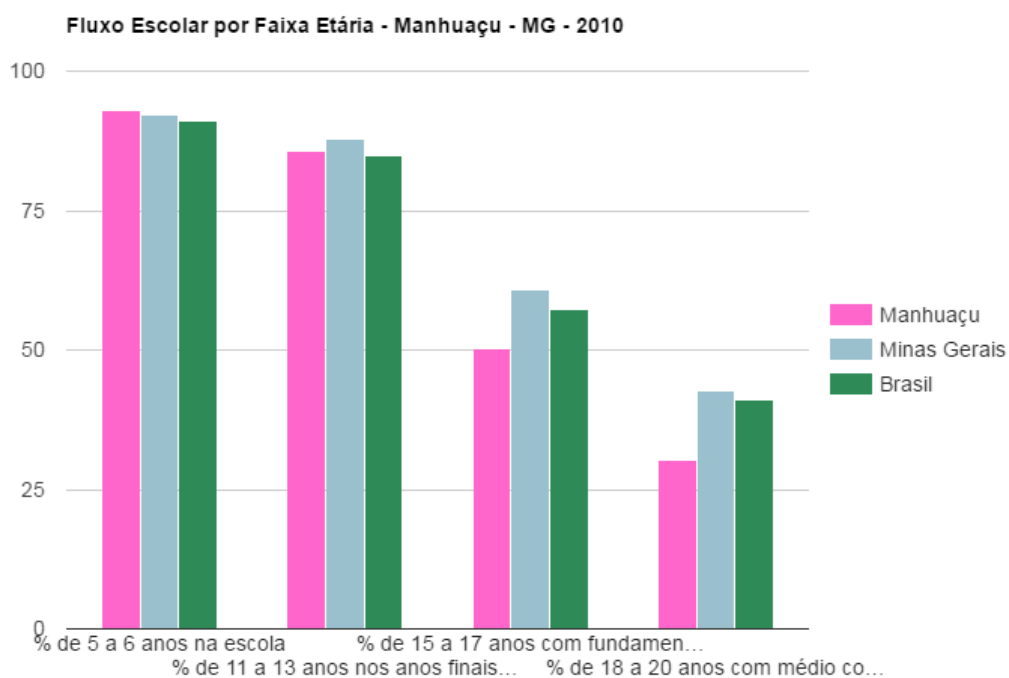
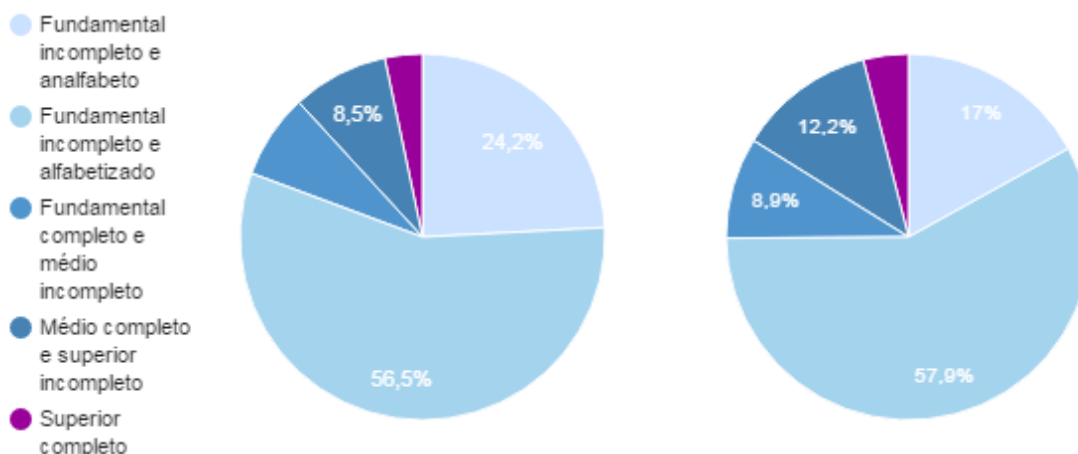
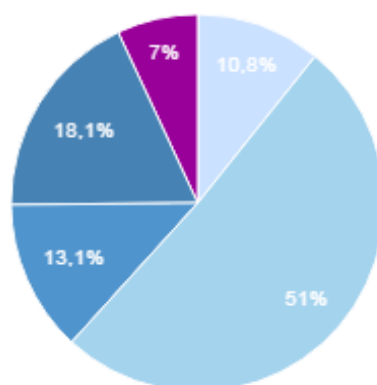


Figura 3 - Escolaridade da População Adulta de Manhuaçu - 1991, 2000 e 2010

Escolaridade da população de 25 anos ou mais - 1991 Escolaridade da população de 25 anos ou mais - 2000



Escolaridade da população de 25 anos ou mais - 2010



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

O Município de Manhuaçu possui escolas públicas municipais e escolas públicas estaduais de ensino fundamental e ensino médio, escolas públicas municipais de ensino pré-escolar e um Instituto Federal (IFET). Na Figura 4 observa-se na demarcação em amarelo a localização das escolas de ensino infantil, em laranja de ensino fundamental e em marrom de ensino médio, superior e supletivo. Além da localização, a figura apresenta os raios de abrangência das escolas de 250 metros para escolas de ensino infantil, 500 metros para ensino fundamental e 800 metros para as demais. Os valores foram determinados a partir de estudos sobre tema (Santos (1988); Ferrari (1997) e Gouvêa (2003)) e apresentam abrangência satisfatória proporcional ao número de habitantes da cidade.

Entre as escolas está a CESEC Professor Hiran de Carvalho que fornece ensino supletivo público e o Senac que oferta cursos gratuitos. Há também o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com vagas em escolas da Sede e em todos os distritos, exceto Palmeiras do Manhuaçu.

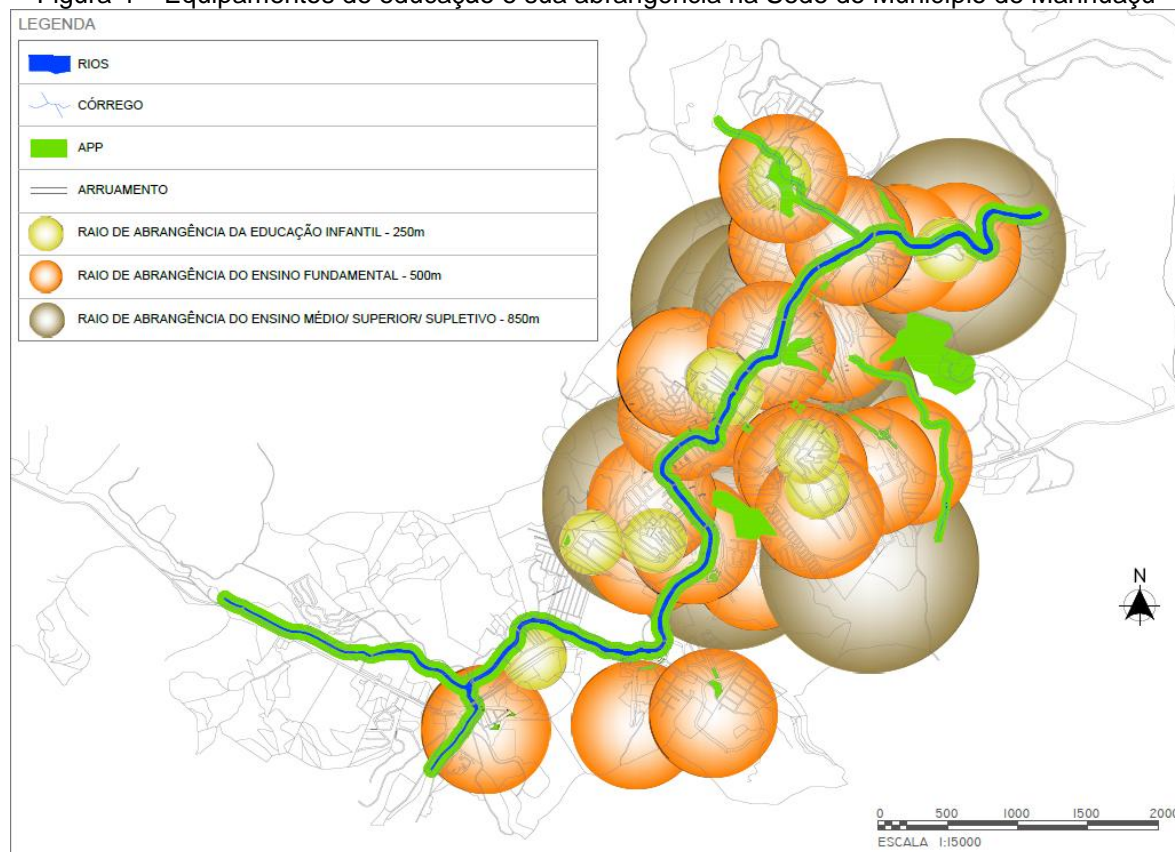
A educação infantil pública para crianças com mais de cinco anos está presente na maioria das escolas municipais localizadas na sede e nos distritos, bem como nas localidades rurais. Já o atendimento às crianças com idades inferiores a cinco anos se dá em Creches em toda a cidade, inclusive em unidades particulares que ofertam vagas públicas.

Segundo informações da Secretaria de Educação, bimestralmente a mesma encaminha para as creches projetos temáticos com sugestões de atividades a serem desenvolvidas durante esse período. Dentre eles estão os cursos de formação continuada para monitores, reuniões e cursos de capacitação para coordenadores. O envolvimento com os pais é feito por meio de palestras, reuniões, exposições dos trabalhos desenvolvidos e festas comemorativas, agendados pelos coordenadores, enfermeiros, agentes de saúde, entre outros agentes.

As vagas nas creches estão sujeitas a lista de espera. De acordo com o surgimento de novas vagas e turmas as crianças da lista são chamadas. Segundo a Secretaria, a relação de número de alunos e professores em sala de aula está de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério da Educação, com no máximo 20 alunos por turma na Educação Infantil, 25 no Ensino Fundamental I e

35 no Ensino Fundamental II. Os professores possuem Ensino Superior Completo e/ou Magistério e/ou Pedagogia com qualificação continuada.

Figura 4 – Equipamentos de educação e sua abrangência na Sede do Município de Manhuaçu



Fonte: Prefeitura Municipal de Manhuaçu. Marcações das autoras.

Em análise aos dados pode-se afirmar que é satisfatória a situação educacional do município de Manhuaçu vez que, houve queda nos índices de analfabetismo, pela abrangência dos estabelecimentos de ensino, pelos projetos encaminhados as creches visando a atualização dos conteúdos desenvolvidos em salas de aula e na capacitação do corpo docente, revelando de forma expressa um real investimento na área da educação, valendo a pena ressaltar a presença da educação infantil, com crianças de idades superiores a cinco anos na maioria das escolas municipais, bem como o envolvimento dos pais, tornando a educação mais forte e motivadora.

Quanto à abrangência dos equipamentos de educação, nota-se que a sede do Município de Manhuaçu tem boa diversidade e bom atendimento na área consolidada. No entanto, devem ser construídos novos pontos de atendimento para que os loteamentos que vierem a ser implantados não fiquem deficientes no atendimento, principalmente nas regiões oeste e sudoeste.

Vale ressaltar que a maioria das escolas está localizada em terrenos alugados pela Prefeitura, devendo-se priorizar a construção de novas escolas em terrenos próprios da mesma. Muitas, também, estão inseridas em casas, limitando seu espaço físico e possuem falhas em sua estrutura.

5 CONCLUSÃO

Considerando a evolução urbana no Brasil, principalmente a partir da segunda metade do Séc. XX, e os problemas consequentes desse avanço e do crescimento das cidades, o presente artigo buscou avaliar os dados atuais da situação da educação pública no município de Manhuaçu – MG e compreender se os mesmos são satisfatórios diante do crescimento urbano acelerado.

A partir da pesquisa, o estudo apresenta situação aceitável no atendimento dado à educação aos habitantes da Manhuaçu e região. A figura que apresenta a abrangência do ensino na Sede do Município aponta para um índice satisfatório segundo os autores citados, contudo apresenta ausência de escolas públicas nas regiões oeste e sudeste da cidade e aponta para a necessidade de construções de novas instituições.

Vale ressaltar que a estrutura física das escolas estudadas não foi objeto de estudo da pesquisa, fazendo parte da continuidade da mesma, uma vez que a infraestrutura escolar pode influenciar diretamente no aproveitamento do ensino.

6 REFERÊNCIAS

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 – Perfil do Município de Manhuaçu/MG – Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

BRASIL, Lei nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Lei de Diretrizes Base da Educação. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 28 out 2016.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Informe estatístico da educação básica: evolução recente das estatísticas da educação básica no Brasil. Brasília: MEC / INEP / SEEC, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

FERRARI, C. Curso de Planejamento Municipal Integrado: urbanismo. São Paulo, Pioneira, 1988.
GOUVÊA, L. A. Biocidade: conceitos e critérios para um desenho ambiental em localidades de clima tropical de planalto. São Paulo, Nobel, 2002.

GUIMARÃES, P. P. Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização. São Paulo: ProLivros, 2004.

SANTOS, C. N. F. A cidade como um jogo de cartas. São Paulo: Projeto Editores, 1988.
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MANHUAÇU. Situação da educação pública de Manhuaçu. Entrevista concedida Aline Machado Barbosa Franklin, Manhuaçu, 04 de julho de 2016.